PORTARIA Nº 18/2022-MP-PJ DE MARACANÃ

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 18/2022

SIMP nº 000655-069/2022

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio das Promotoras de Justiça signatárias, no desempenho de suas atribuições Constitucionais e legais, com fulcro no art. 129, inciso II, da Constituição Federal; art. 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93 e art. 54, I, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) e,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos serviços de relevância pública, aos direitos assegurados na Constituição federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (Art 129,III, da CF/88);

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público zelar pela observância dos Princípios Constitucionais relativos aos direitos de cunho Ambiental e por terem sido estes inseridos no elenco das garantias fundamentais do Art.5º, XXXII, Cáusula Pétreia, combinando com o Art.60,§4º e Art. 225 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 174/2017 do CNMP c/c Resolução nº 007/2019-CPJ-MPPA, que disciplina a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo;

CONSIDERANDO a complexidade e a necessidade de Instauração de Procedimento Administrativo para acompanhar de forma continuada políticas públicas de Instituições, nos termos do Art 31, II da Resolução nº 007/2019-CPJ-MPPA;

CONSIDERANDO a destinação Constitucional do Ministério Público, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO o relatório de visita/monitoramento na APA Algadoal/ Maiandeua que foi realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará-IDEFLOR BIO.

CONSIDERANDO a necessidade de perquirir a execução de políticas públicas que efetivem a norma constitucional insculpida no Art 225 da CF/88, legislações derivadas e extravagantes, sob a ótica estadual e municipal;

A Promotoria de Justiça de Maracanã-Pa, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INSTAURAR o Procedimento Administrativo tombado sob o nº 18/ 2022, proveniente do SIMP **000655-069/2022**, para fins de fiscalização, continuada de políticas públicas, estaduais e municipais, para cumprimento da legislação – Constituição Federal 1988, **Art 225, Lei Federal nº 13.426/2017 e da Lei Federal nº 14.228/21** e para tal,

DETERMINAR o cumprimento das seguintes diligências pela Secretaria do procedimento administrativo:

1. Cadastrar esta Portaria no Sistema de Informação do Ministério Público (SIMP nº **000655-069/2022**);

2. Proceder à juntada das leis em referência, bem como juntada do relatório de vistoria e fotografias(em *pen drive*) encaminhados pelo IDEFLOR, comunicando ao referido Instituto acerca da instauração de procedimento administrativo, fornecendo número de SIMP para consulta;

3. Encaminhar ofício, com a cópia da instauração do procedimento, fornecendo o número do SIMP, devidamente alimentado o procedimento eletrônico para facilitar consulta e dar publicidade, para as seguintes autoridades municipais:

- I. Ao gestor municipal;
- II. Secretaria municipal de saúde;
- III. Secretaria municipal de meio ambiente.

Para que informem, no prazo de 15(quinze) dias:

1.Quais as políticas públicas que estão sendo orquestradas pelo município envolvendo os animais em situação de rua ou sem controle por parte de tutores/proprietários: cães, gatos, equinos, bovinos, caprinos, suínos e outros, bem como as providências para responsabilização, administrativa e/ou judicial dos possíveis responsáveis pelo abandono;

2.Quais são as políticas públicas de identificação, com cadastramento e chipagem desses animais?;

3.Quais políticas públicas estão sendo travadas pelo município com relação aos animais que são utilizados para tração animal e serviços de transporte de cargas com relação aos ditos proprietários e empresas que abastecem os produtos, as quais possuem responsabilidade solidária em caso de maus tratos e sobrecargas aos animais?;

4.Quais as políticas públicas de controle populacional de cães e gatos, em situação de rua e pertencentes à população de baixa renda, através da forma legal, que são os mutirões de Castração?;

5. Existe castramóvel no município?;

6. Existem médicos veterinários no município?, em caso positivo, quantos e a forma de ingresso nos quadros. São realizados os cuidados necessários aos animais errantes e da população de baixa renda a fim de evitar que sejam acometidos de doenças proliferadoras de zoonoses?;

7. Existe campanha de esclarecimento à população acerca da vedação de abandono, sobrecargas de materiais de construção e de esforço e a informação de que esses atos constituem crime de maus tratos(Lei nº 9.605/98)?;

8. Existe hospital veterinário gerido ou em convênio por parte do município?;

9. Existe centro de zoonoses no município, ainda que em consórcio com outros municípios?;

10. Existe abrigo para animais abandonados ou mesmo campanhas para realização de animais comunitários e também campanhas de adoção responsável?;

11. Existe termo de cooperação firmado com os órgãos estaduais e federais, gerenciadores da Unidade de Conservação- Reserva Extrativista de Maracanã-Pa?

Findo o prazo para resposta, com ou sem resposta, os autos devem retornar

conclusos, para ulteriores deliberações.

I. Afixar esta Portaria no quadro de avisos existente no átrio da Promotoria de Justiça, pelo prazo de 15(quinze) dias;

- II. Proceder a juntada da portaria no SIMP;
- III. Proceder o envio de cópia da presente Portaria à Gerência de Documentação, Protocolo e Arquivo, da Corregedoria-Geral de Justiça para publicação no DOE e ao Setor de Imprensa do MPPA para divulgação necessária.

CUMPRA-SE.

Maracanã-Pa, 19 de outubro de 2022.

BRENDA MELISSA FERNANDES LOUREIRO BRAGA

Titular da Promotoria de Justiça de Maracanã-PA

MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA

Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária e da Cidadania de Castanhal.
Respondendo em caráter de acumulação pela Promotoria de Justiça de Maracanã/PA.